

OLINTO, Antônio

*gov. MG 1889; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1894; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1894-1896.

Antônio Olinto dos Santos Pires nasceu em Serro (MG) no dia 15 de dezembro de 1860, filho do desembargador Aurélio Pires de Figueiredo Camargo e de Maria Josefina dos Santos Pires. Seu avô materno, Josefino Vieira Machado, barão do Guaiçuí, participou da Revolução de 1842 em Minas Gerais, foi chefe político em Diamantina (MG) e também um dos precursores da exploração comercial da navegação nos rios das Velhas e São Francisco. Seu primo Francisco Sá foi deputado e senador pelo Ceará e duas vezes ministro da Viação e Obras Públicas (1909-1910 e 1922-1926). Também atuaram na vida pública seu irmão Aurélio Egídio dos Santos Pires, farmacêutico, professor, escritor e jornalista, e seu cunhado Juscelino Barbosa, político, advogado, banqueiro, professor e jornalista.

Estudou no Seminário Episcopal de Diamantina e iniciou o curso de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império. Transferiu-se depois para Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, e prosseguiu os estudos na Escola de Minas, onde foi aluno do geólogo francês Claude Henri Gorceix e graduou-se engenheiro de minas em 1882. Depois de formado, trabalhou para uma companhia de mineração francesa que explorava diamantes na lavra de Portão de Ferro, no Ribeirão do Inferno, perto de Diamantina. Ali teve a oportunidade de testemunhar a primeira utilização de energia hidrelétrica no país: em 1883, a empresa francesa instalou uma pequena usina no Ribeirão do Inferno, tendo em vista a mecanização do processo de extração de diamantes. Em seguida, por incumbência da diretoria da Escola de Minas, estudou as jazidas de diamantes dos rios Abaeté e Santo Antônio, em Minas Gerais. Em 1884, começou a lecionar na Escola de Minas como professor interino, passando a integrar seu quadro docente em 1888 como titular da cadeira de agrimensura, topografia e cosmografia.

Ao lado de outros professores da Escola de Minas de Ouro Preto e do advogado João Pinheiro, teve participação proeminente no movimento republicano em Minas Gerais. Como ele próprio relatou, a organização do Partido Republicano em Minas foi tardia. O primeiro passo para a fundação do partido foi dado somente em junho de 1888, quando ele próprio, João Pinheiro e mais 30 republicanos residentes em Ouro Preto aprovaram a

convocação de um congresso na capital. Em novembro do mesmo ano, delegados de mais de 40 municípios da província reuniram-se no Congresso Republicano de Ouro Preto. Tendo sido um dos autores do manifesto do congresso, foi eleito para a comissão central permanente do Partido Republicano Mineiro (PRM), juntamente com João Pinheiro, Francisco Ferreira Alves, Pedro Batista de Andrade e Domingos José da Rocha, este último também professor da Escola de Minas. Além disso, assumiu a direção do jornal *O Movimento*, que começou a circular em janeiro de 1889 como órgão oficial de propaganda do partido em Minas. Encontrava-se na capital mineira em 15 de novembro de 1889, quando foi surpreendido pela notícia da queda da monarquia. Como relataria mais tarde, “ignorávamos em Ouro Preto tudo que se tramava no Rio para a próxima proclamação da República”.

A passagem do Império para a República em Minas e em quase todos os estados (nova denominação dada às províncias) ocorreu sem maiores incidentes. Por decisão do governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca, o governo de Minas deveria ser entregue a Cesário Alvim, político do Partido Liberal até as vésperas da instauração do regime republicano. De imediato, entretanto, Antônio Olinto foi designado governador interino, supostamente com a missão de preparar a posse de Cesário Alvim, que se encontrava em sua fazenda em Ubá, no sul do estado. Assim, em 17 de novembro assumiu a chefia do governo estadual em substituição a João Batista dos Santos, visconde de Ibituruna, último presidente da província no período imperial. Uma semana depois, transmitiu o cargo a Cesário Alvim. Em dezembro, voltou a exercer o governo de Minas durante uma viagem de Cesário Alvim ao Rio de Janeiro.

Em setembro de 1890, foi eleito deputado por Minas Gerais para o Congresso Constituinte e para a primeira legislatura da Câmara dos Deputados. Assim como outros republicanos históricos, tentou obstar, sem êxito, a participação de ex-monarquistas na chapa oficial de Minas à Constituinte, divergindo da “política de conciliação” apregoada por Cesário Alvim e, em certa medida, endossada por João Pinheiro. Contestou também a lista oficial de candidatos às eleições de janeiro de 1891 para a Assembleia Constituinte mineira organizada por João Pinheiro, Cesário Alvim e Crispim Jaques Bias Fortes. Juntamente com o advogado Fernando Lobo Leite Pereira, líder republicano em Juiz de Fora (MG), tentou articular uma chapa alternativa, mas não teve êxito. O PRM foi praticamente

dissolvido em decorrência da divisão provocada pela eleição para a Constituinte mineira. Em 1897, o partido seria reorganizado como instrumento da política situacionista, mas sem a participação de Olinto e outros republicanos históricos.

Antônio Olinto foi dos signatários da primeira Constituição republicana do país, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em julho do mesmo ano, juntamente com deputado paraense Inocêncio Serzedelo Correia, apresentou projeto de lei sobre o regime de propriedade de minas, limitando o direito de acessão do subsolo pelos proprietários do solo, consagrado na Constituição. Segundo os deputados, a exploração mineral do país não podia ficar subordinada exclusivamente aos interesses particulares dos proprietários. O projeto respeitava os direitos dos proprietários do solo, mas caracterizava as minas como propriedade distinta da propriedade superficial, instituindo o regime de concessão pelos governos da União ou dos estados. A votação do projeto foi adiada indefinidamente pela Câmara.

Olinto e seus correligionários reconquistaram alguma influência em Minas com a ascensão ao poder do marechal Floriano Peixoto em novembro de 1891 e a renúncia de Cesário Alvim ao governo estadual em abril de 1892. O grupo passou a contar com um representante no governo federal, nomeadamente o advogado Fernando Lobo, que ocupou inicialmente o cargo de ministro das Relações Exteriores e, depois, o de ministro do Interior, Justiça e Instrução.

Em setembro de 1893, Olinto e os demais congressistas mineiros no Rio de Janeiro organizaram o Partido Republicano Constitucional (PRC) para a disputa das eleições legislativas federais e estaduais do ano seguinte. O manifesto da nova agremiação partidária, publicado por Olinto no jornal *O Estado de Minas*, defendia a manutenção da República federativa presidencialista, criticando os partidários do sistema parlamentarista. Reeleito deputado federal em março de 1894, no mesmo pleito em que Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, integrou a comissão do PRC que organizou a chapa do partido para as eleições ao Congresso mineiro. Sintomaticamente, a comissão não interferiu na escolha do presidente do estado, limitando-se a referendar a candidatura de Crispim Jaques Bias Fortes, apoiada pelos principais chefes políticos regionais.

Em novembro de 1894, Antônio Olinto assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, juntamente com os demais ministros do novo governo presidido por Prudente de

Morais. Ocupou o lugar de Bibiano Costallat e permaneceu à frente do ministério durante dois anos, tempo razoavelmente superior à média de cinco meses de seus antecessores.

Responsável pela gestão e fiscalização da infraestrutura de transportes e comunicações do país, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas concentrava a maioria dos órgãos técnicos do governo federal e grande parte da despesa da União. Em 1895, por exemplo, a participação do ministério foi de quase 40% do orçamento federal, cabendo notar que a despesa consignada em lei para a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) era superior à despesa prevista para os ministérios da Justiça e da Marinha.

Os investimentos públicos e privados em infraestrutura permaneceram limitados durante o governo Prudente de Moraes. Na gestão de Antônio Olinto, a rede ferroviária do país teve um acréscimo de 1.300 km, atingindo a extensão de 13.500 km no final de 1896. As obras do açude de Quixadá (CE) prosseguiram em ritmo lento, e os trabalhos da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, constituída sob a direção do engenheiro belga Luís Cruls, foram interrompidos no final de 1895, por falta de verba.

Em novembro de 1896, Antônio Olinto foi exonerado do ministério pelo vice-presidente Manuel Vitorino, que assumira a chefia do governo em caráter interino devido ao afastamento de Prudente de Moraes para tratamento de saúde. Sua exoneração contou com o apoio tácito dos líderes do PRC mineiro, em especial o deputado federal Joaquim Gonçalves Ramos, líder da bancada de Minas na Câmara, e do senador estadual Silviano Brandão. O engenheiro foi substituído pelo médico Joaquim Murtinho.

Ao deixar o ministério Antônio Olinto não reassumiu seu mandato na Câmara, nem voltou a pleitear cargos eletivos. Retomou a carreira docente na Escola de Minas de Ouro Preto, na qual viria a aposentar-se em 1914. A par de suas atividades como professor, desempenhou as funções de chefe da missão brasileira na Exposição de Saint Louis (EUA) em 1904; chefe da Superintendência dos Estudos e Obras Contra as Secas no Ceará, em 1907; presidente do diretório executivo da Exposição Internacional de 1908, no Rio de Janeiro, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos; diretor-geral do Telégrafo Nacional em 1909 e 1910; presidente da delegação brasileira ao Congresso Ferroviário Sul-Americano, realizado em Buenos Aires em 1910; presidente da comissão organizadora da Exposição Internacional de 1922, no Rio de Janeiro, comemorativa do Centenário da Independência, na parte relativa à indústria, à agricultura e ao comércio; e presidente da

Companhia de Loterias Nacionais e do Instituto Politécnico Brasileiro.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 25 de fevereiro de 1925.

Foi casado com Maria Silvana Pitanga Pires, com quem teve uma filha.

Escreveu diversos estudos científicos e sobre problemas históricos, publicados em revistas, e as obras *Silhuetas parlamentares* (1898), com o pseudônimo Lúcio Floro, e *Mineração no Brasil: riquezas minerais*, incluída no *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil* (1902).

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARBOSA, F. *João Pinheiro* (v. 5, n.2); CÂM. DEP. *Anais* (10/6 – 31/7/1891, v.1, 22/7/1891. p. 487-495, 1- 31/10/1891, v.4, 12/10/1891. p. 293-299.487-495); CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. *Escola*; COSTA, G. *Formação*; HOLANDA, B. *Buarque*; Flogão. *Personagens da história de Serro Frio*. Disponível em: <<http://flogao.com.br/serromg/106258133>>; *Mineração*; MIN. IND., VIAÇÃO OBRAS PUB. *Relatório* (1895,1896); MONTEIRO, N. *Dicionário*; PIRES, A. *Homens* (v. 146); RESENDE, M. *Formação*; VISCARDI, C. *Elites*; WIRTH, J. *Fiel*.